

- XXVII -

GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Elisangela da Silva Bernado

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/BRASIL)
efelisberto@yahoo.com.br

Introdução

O presente texto, do eixo “Política e gestão da educação básica e pós-obrigatória”, traz parte dos resultados da pesquisa “Escolas Públicas no Estado do Rio de Janeiro e o Programa Mais Educação: uma análise das ações dos gestores escolares em busca de uma educação de qualidade”, financiada pelo edital Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ, de 2014, coordenado por mim. A investigação teve como objetivo geral analisar as percepções e as ações implementadas pelos gestores escolares (diretores, diretores adjuntos, coordenadores pedagógicos, professores comunitários/Coordenadores do Programa Mais Educação e membros do Conselho Escola-Comunidade - CEC) de escolas públicas cariocas com o Programa Mais Educação com altos e baixos IDEBs e, também, escolas que apresentaram melhoria significativa dos resultados do IDEB de 2011 para 2013 (BERNADO, 2015a, 2016).

A pesquisa realizada foi de cunho misto, pois trabalhamos com as duas abordagens: a quantitativa e a qualitativa. Para Creswell (2007), o desenvolvimento da investigação mista, se dá com o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo de forma complementar. Com isso, a análise de dados exige procedimentos mais explícitos.

Em relação à questão norteadora e problematizadora da pesquisa se “Há especificidades na gestão quando a escola é em tempo integral?”. Antecipamos respondendo que “Sim”. Existe uma especificidade não somente em relação à organização da escola, mas também em relação à estrutura curricular que vai trazer uma outra perspectiva de gestão escolar que implica na reorganização dos espaços e dos tempos escolares.

Desenvolvimento

Entendemos a importância da política educacional e seus desdobramentos, em especial no que tange a gestão e a necessidade de aprofundamento de estudos em diferentes locais afim de contribuir na melhoria da qualidade da educação em nível local e central. Quando pensamos no planejamento e na organização da escola, os sujeitos que atuam neste espaço identificam problemas e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca coletiva da solução de possíveis problemas.

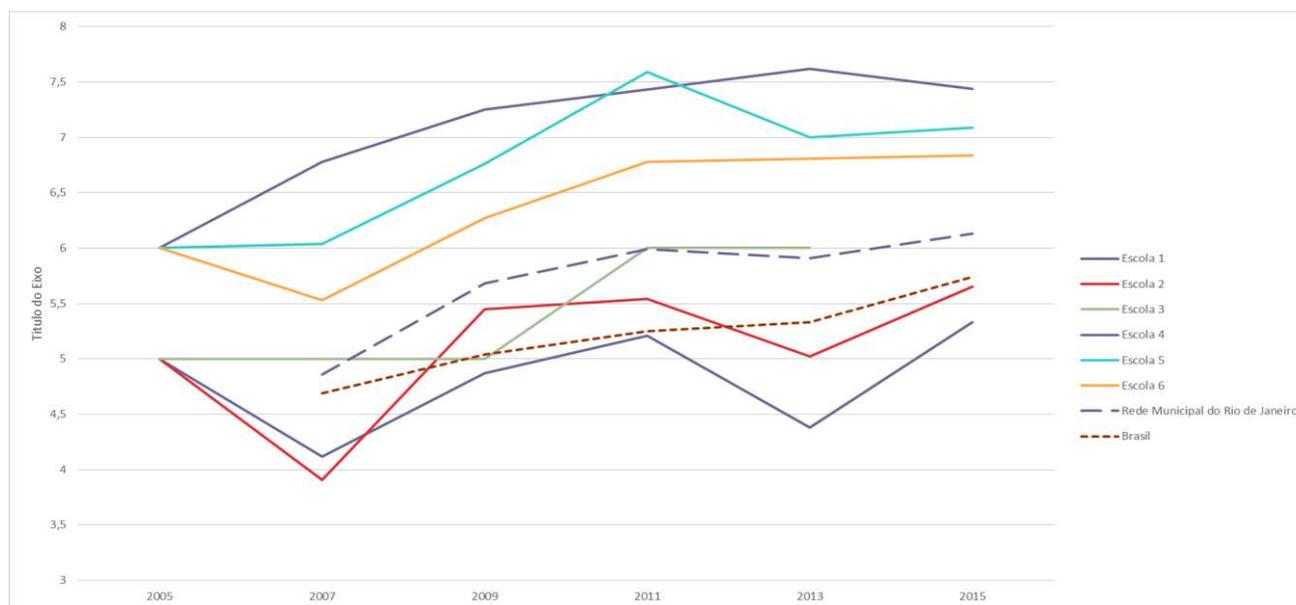
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 inseriu em seus artigos o princípio constitucional, como o inciso VIII do Art. 3º, “gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. O Art. 14 estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e, em especial, o princípio da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Lei versa sobre diversos temas da educação brasileira, destacamos os Arts. 14 e 34 por tratarem da gestão democrática do ensino e da jornada escolar do discente e sua ampliação progressiva (BRASIL, 1996; BERNADO, 2015b; BERNADO; BORDE, 2016). Cabe esclarecer que o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, aumentou a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos.

No contexto legal brasileiro, o princípio da gestão democrática da educação pública está amparado pela Constituição de 1988, pela LDBEN nº 9394/96 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014. Para Lück (2009, p. 70), tal princípio se assenta no pressuposto de que a educação "é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna da escola". Dessa organização participativa "é que resulta a qualidade de ensino para todos, princípio da democratização da educação".

Neste sentido, realizamos um estudo exploratório, no Brasil, que combinou as abordagens quantitativa e qualitativa por meio do levantamento de dados educacionais e da realização de entrevistas com gestores escolares de modo a aferirmos possíveis impactos sobre a qualidade do ensino. Buscamos relacionar os processos de democratização do ensino à constatação das desigualdades educacionais entre grupos sociais distintos, e, em seguida, procuramos demonstrar como tais fenômenos podem acabar influenciando os formuladores de políticas, problematizando o resultado de suas ações sobre aspectos que remetem à educação em tempo integral e à gestão democrática do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro/RJ.

Gráfico 1: Prova Brasil: Nota Média Padronizada das Escolas Pesquisadas, Rede Municipal do Rio de Janeiro e Brasil – 2005-2015



Como podemos melhor visualizar no gráfico acima, na Prova Brasil, verificamos que as Escolas 1 e 2 tiveram uma queda no desempenho em 2007; em 2009 apresentaram um aumento que foi mantido em 2011 pela Escola 1 e ampliado pela Escola 2; até a sua queda em 2013 e aumento significativo em 2015 nos desempenhos das duas escolas. A Escola 3 manteve o mesmo desempenho até 2009 e em 2011 ampliou, mantendo o mesmo desempenho em 2013 e em 2015 não participou da avaliação. Já nas demais escolas, podemos verificar as seguintes movimentações: a Escola 4 teve um aumento em 2007 que se manteve até 2011, em 2013 houve um aumento e queda em 2015; a Escola 5 teve um aumento significativo a partir de 2007, mas em 2013 apresentou uma queda retornando para o patamar de 2009 e em 2015 uma leve melhora; e a Escola 6 teve um aumento significativo em 2011 que foi mantido em 2013 e 2015 (BERNADO; CHRISTOVÃO, 2016).

Conclusão

Entendemos a importância da política educacional e seus desdobramentos, em especial no que tange a gestão escolar e educacional e a necessidade de aprofundamento de estudos em diferentes locais afim de contribuir na melhoria da qualidade da educação em nível local e central, nacional e internacional. Neste sentido, esperamos contribuir não só para fomentar a discussão sobre a gestão, tanto no nível local quanto central, mas também sobre a melhoria das ações dos gestores na escola de tempo integral.

Precisamos investigar como os princípios de gestão democrática e como ela se consolida na escola de tempo integral, como também a necessidade de um projeto político-pedagógico que

viabilize a prática profissional coletiva e que discuta os aspectos multidimensionais das inovações e das mudanças em gestão escolar e educacional. Ao tratar a gestão escolar, percebemos a necessidade de um maior vínculo entre a comunidade, o Estado e Secretarias de Educação e que sem esta interação podemos acabar fragmentando o complexo processo que envolve diferentes instâncias de atuação da gestão. Cabe destacar que o debate político-pedagógico tem na gestão educacional um de seus desígnios para o processo de democratização da escola brasileira e que as reformas educacionais defendem não somente a descentralização educativa, mas também a descentralização escolar, ganhando força tanto a autonomia da escola como a necessidade de uma gestão que assegure a qualidade do ensino.

Referências

BERNADO, Elisangela da Silva; CHRISTOVÃO, Ana Carolina. *Tempo de Escola e Gestão Democrática: O programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1113-1140, out/dez, 2016.

BERNADO, Elisangela da Silva; BORDE, Amanda Moreira. *PNE 2014-2024: uma reflexão sobre a meta 19 e os desafios da gestão democrática*. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 13, n. 33. 2016.

BERNADO, Elisangela da Silva. *Escolas Públicas no Estado do Rio de Janeiro e o Programa Mais Educação: uma análise das ações dos gestores escolares em busca de uma educação de qualidade*. UNIRIO, Projeto de Pesquisa, 2015a.

_____. *Gestão Escolar (e educacional) numa perspectiva democrática: limites e possibilidades*. In: OLIVEIRA; LINO (Orgs). Conselho Escolar: Interfaces, experiências e desafios. Seropédica: UFRRJ, 2015b, p. 64-83.

_____. *Escolas Públicas Cariocas e o Programa Mais Educação: uma análise das ações dos gestores escolares em busca de uma educação de qualidade*. Relatório Final do POSDOC/PNPD. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Lei Federal Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. *Portaria Normativa Interministerial nº 17*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, 2007.

_____. *Decreto nº 7.083*, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2010.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.